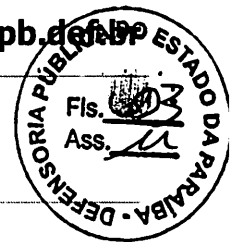


Zimbra

cpldp@defensoria.pb.def.br



nova lei de licitacoes

De : Thays Martins <thays@novalicita.com.br>

Qua, 25 de ago de 2021 15:09

Assunto : nova lei de licitacoes

4 anexos

Para : cpldp@defensoria.pb.def.br

Prezado SR. Alan,
Boa tarde!

Conforme conversamos, segue anexo nova proposta comercial.

*Aula online

*Consulte valores especiais para grupos



CURSO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/2021)

Do planejamento à entrega do objeto

20, 21, 22, 23 e 24 de setembro de 2021.

AULA AO VIVO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

➤ **PROFESSOR PAULO ALVES** (dia 20/09 período integral e 21/09 período da manhã.)

➤ **PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, ESTUDOS PRELIMINARES E MAPA DE RISCOS:**

- Conceito e finalidade de licitar;
- Dever de licitar e suas exceções;
- Modalidades e tipos de licitação;
- Características do sistema de registro de preços;
- Fases da contratação pública;
- Estudos Preliminares;
- Gerenciamento e mapa de riscos.

➤ **ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO E EDITAL:**

- Diferença entre Projeto Básico, Termo de Referência e Projeto Executivo;
- Justificativa da necessidade da contratação;
- Cuidados necessários na especificação do objeto da licitação;
- Licitações por item x lote/grupo;
- Das condições de entrega e recebimento do objeto;
- Obrigações das partes e procedimentos de fiscalização;



- Garantia contratual x garantia do objeto;
- Exigência de amostras e documentos de qualificação técnica;
- Pesquisa de mercado x pesquisa de preços;
- Aplicabilidade da Lei Complementar n. 123/2006 na elaboração do Termo de

Referência e Edital.

➤ **PROFESSORA LINDINEIDE CARDOSO (21/09 período da tarde e 22/09 período integral)**

Introdução porque a compra pública é lenta e cheia de obstáculos?

Auditoria operacional sobre obras paralisadas - tcu nova lei de licitações - será a solução dos problemas?

Ciclo de vida dos contratos administrativos governança como principal eixo estruturante das contratações existe um modelo ideal de fiscalização contratual?

Gestão e fiscalização de contratos administrativos

1.a lgl e a definição ampla de contrato administrativo

1.1 classificação dos contratos administrativos

2. Regime jurídico dos contratos administrativos

3. Efeito das prerrogativas públicas nos contratos regidos predominantemente por normas de direito privado

3.1 mapa mental do regime jurídico dos contratos administrativos

4. Visão doutrinária no tempo

5. Características do contrato administrativo

5.1 formalismo

5.2 publicidade

5.3 natureza de contrato de adesão

5.4 mutabilidade

5.5 cláusulas de privilégio (exorbitantes)

6. Requisitos do contrato administrativo

7. Elementos básicos do contrato administrativo

8. Duração dos contratos

9. Garantia contratual

10 gestão e fiscalização de contratos administrativos na prática

10.1 porque gerir e fiscalizar contratos

10.2 fundamentação lei 14.133/2021 - nova lei de licitações

11. A designação

11.1 quem pode ser gestor ou fiscal de contratos

11.2 posso recusar a designação?

11.3. Preposto e terceiro – quem são e o que fazem?

11. 4. Necessidade de capacitação

11. 5. Kit do gestor e do fiscal

12. Gestão e fiscalização – sistemática da in nº 05/2017 12.1 da gestão

12.2 da fiscalização técnica

12.3 da fiscalização administrativa

12.4 da fiscalização setorial

12.5 da fiscalização pelo público usuário

12.6. Gestão do contrato – importante frisar

13. Segregação de funções 1

3.a. Segregação de funções – tcu e cgu

13.2. Segregação de funções – e o dever de fiscalizar

14. Terceirização

14.1. Terceirização – análise histórica

14.2 in 05/2017 – antecedentes normativos

14.3 terceirização – in 05/2017

14.4 terceirização – serviços continuados e não continuados



15. Acompanhamento da execução – função gerencial

15.1 recebimento do objeto

15.2 recebimento do objeto – nova lei de licitações e contratos

15.2.1. Do pagamento – na nova lei de licitações e contratos

15.3. Acompanhamento da execução – fiscalização técnica

15.3.1 cuidado com o paradoxo lucro-incompetência

15.3.2 acompanhamento da execução – imr

15.3.3 a administração deve sempre vincular os pagamentos aos resultados da prestação dos serviços?

15.4. Acompanhamento da execução – mecanismos de controle interno

15.4.1 acompanhamento e levantamento do saldo da conta vinculada

15.4.2. Pagamento pelo fato gerador

15.5 nova lei de licitações – mecanismos de controle

15.6 gerenciamento dos riscos

15.6.1. Mapa de riscos x matriz de riscos

15.6.2. Mapa de riscos

15.6.3. Matriz de riscos

15.7. Acompanhamento da execução – fiscalização administrativa

15.7.1. No primeiro mês da prestação dos serviços

15.7.2. Mensalmente

5.7.3. Mensalmente: quando não for possível a verificação da regularidade destes no sistema de cadastro de fornecedores (sicaf)

15.7.4. Constantemente

15.7.5. Entrega, quando solicitado pela administração, de quaisquer dos seguintes documentos

15.7.6. Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços

15.7.7. Quando da admissão de novos empregados

15.7.8. Quando da demissão de empregados

15.7.9. Em caso de indício de irregularidade

16. Análise da documentação – na prática

16.1. Análise da documentação – na prática – guia gfip-sefip

16.2. Análise da documentação – na prática – protocolo de envio de arquivos da conectividade social

16.3. Análise da documentação – na prática– recolhimento do fgts

17. Responsabilidades

17.1. Na lei nº 8.666/1993

17.2 responsabilidades - súmula 331 tst

17.3 responsabilidades – nova lei de licitações

18. Descumprimento contratual - processo administrativo sancionador - sistemática atual e da nova lei de licitações e contratos

➤ PROFESSOR JAMIL MANASFI (período integral nos dias 23 e 24/09)

FORMAÇÃO DE PREGOEIROS EM PREGÃO ELETRÔNICO - DECRETO N. 10.024/2019:

- Da aplicabilidade e vedações do pregão eletrônico;
- Cotação eletrônica x dispensa eletrônica;
- Critério de julgamento e orçamento sigiloso;
- Das atribuições do pregoeiro, equipe de apoio e autoridade competente;
- Dos prazos do aviso da licitação, esclarecimentos e impugnações;



- Da forma de envio da documentação de habilitação e proposta inicial;
- As características dos modos de disputa aberto e aberto/fechado;
- Dos procedimentos do pregoeiro na abertura da proposta e fase de lances;
- Da análise de exequibilidade de propostas e lances;
- Da obrigatoriedade de negociação pelo pregoeiro;
- Procedimentos nas etapas de julgamento da proposta, habilitação, adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico;
- Aplicabilidade da Lei Complementar n. 123/2006 na fase externa da licitação.

AULA PRÁTICA NO PORTAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS:

- Ambientação do Portal de Compras;
- Pesquisa no sistema Pannel de Preços;
- Intenção de Registro de Preços;
- Divulgação de Compras;
- Cotação Eletrônica;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro, vinculação da equipe do pregão e registro dos esclarecimentos e impugnações ao edital;
- Operação da fase de lances (modo aberto);
- Operação da fase de lances (modo aberto e fechado);
- Negociação da proposta final;
- Julgamento da proposta, habilitação, adjudicação e homologação.

Palestrantes:

Paulo Alves:

Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Legal Science) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA. Certificado em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública em instituições públicas e privadas de ensino. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Um dos representantes da área de negócio do CJF junto ao CNJ na implementação do Sistema Auditar – sistema de auditoria baseada em riscos. Ex-assessor do Ministro Herman Benjamin do STJ – 2ª Turma, 1ª Seção, Direito Público. Atualmente, participando do ciclo de auditorias nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus das 5 regiões para analisar o grau de implementação do Processo de Gestão de Riscos.

Jamil Manasfi:

Bacharel em Direito, Administrador Público, MBA em Licitações e Contratos, MBA em Gestão Pública, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Professor e Orientador de TCC dos MBAs em Licitações e Contratos da Faculdade Polis Civitas -PR e do Centro Universitário São Lucas - RO, servidor de carreira da Prefeitura Municipal de Porto Velho, lotado na Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos - SEMISB, Pregoeiro e Coordenador de Licitações do CRA-RO, palestrante e instrutor na área de licitações e contratos, planejamento das contratações e formação de pregoeiros.

Professora: Lindineide Cardoso.

Servidora Pública desde 2000. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2008). Especialista em Direito Processual Civil, com Formação para o Magistério Superior, na área do Direito, pela Universidade Anhanguera - UNIDERP (2011). Larga experiência em Direito Eleitoral e Administrativo, com ênfase em Gestão e



Fiscalização de Contratos. Palestrante e treinadora de mesários, membros de Juntas Eleitorais, gestores e fiscais de contratos públicos. Servidora da Justiça Eleitoral desde 30/01/2006. Atua em Gestão/Fiscalização de Contratos desde 2016. Participante de várias capacitações com ênfase em Licitações, Contratos, Gestão e Fiscalização de Contratos Públicos. Coordenadora de Equipes de Planejamento de Contratações. Atualmente Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Instrutora e professora. Criadora do perfil no instagram @o_xdagestao onde compartilha conhecimento sobre Gestão Pública.

Objetivo:

Com a edição da Nova Lei de Licitações, caberá aos agentes públicos federais, estaduais, distritais e municipais atualizarem-se para lidar com os novos (e alguns velhos) procedimentos e institutos inerentes ao Macroprocesso de Contratação em especial quanto às fases de **planejamento e seleção do fornecedor**. A norma, que vem para modernizar a gestão por intermédio da introdução de elementos da Governança Pública, levará a Administração Pública a viver um novo momento com foco em resultados para o órgão e para o cidadão-cliente. Por isso, o presente curso tem como objetivo permitir que os alunos, após a conclusão do evento, estejam aptos a reconhecer e manejar as principais mudanças relacionadas às Contratações Públicas advindas do novo marco legal.

Público Alvo:

Agentes públicos envolvidos no macroprocesso de contratação, como representantes das unidades demandantes e técnicas, assessores jurídicos, controladores internos, auditores internos, pregoeiros, equipes de apoio, agentes de contratação, secretários, assessores especiais etc. Agentes privados interessados no macroprocesso de contratação, como empresários, consultores, advogados, microempreendedores, empresários etc.

Informações Gerais:

Dias: 20, 21 e 22 das 8:30hs as 12:30hs e das 13:30hs as 17:30hs

Dias: 23 e 24 das 09:00hs as 12:00hs das 13:00hs as 16:00hs

Valor da Inscrição por participante.

R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por participante.

Carga Horária:

36 (trinta e seis) horas/aula.

Local:

EAD, através da plataforma ZOOM (ao vivo)

Inclui:

Certificado com a carga horária

Apostila virtual (PDF).

Consultoria de 30 dias.

Dados da Empresa.

Nova Licita Treinamento Empresarial LTDA

Nome Fantasia: Nova Licita Treinamentos

CNPJ: 35.167.767/0001-94

Inscrição Municipal: 08.02.852.114-0

Inscrição Estadual - Isenta

Rua: Nova Esperança, 1811.

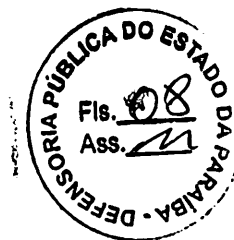
CEP 81.925-550 Sítio Cercado- Curitiba - PR.

Dados Bancários:

Banco: 033 - Santander

Agência: 0813

Conta Corrente: 13002663.1



CNPJ: 35.167.767/0001-94

Importante.

A justificativa legal para contratação dos treinamentos pode ser verificada na conjugação do art. 25, inciso II e parágrafo § 1º (Inexigência por notória especialização), com o art. 13, inciso VI (Contratação de serviços técnicos relativos ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal), da Lei 8.666/93.

Condições Gerais de Contratação.

Assegure sua participação e colabore para a viabilização do evento, efetuando sua inscrição com até 7 (sete) dias de antecedência. A Nova Licita Treinamentos confirmará a realização do evento, no máximo com 5 (cinco) dias de antecedência à data de início do Evento. Aguarde este prazo para tomar as providências necessárias para o seu comparecimento.

Obs.: a inscrição será confirmada somente após o envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização ou outra forma de comprometimento. O pagamento antecipado, também confirma a inscrição.

Cancelamento por parte do Treinando.

O cancelamento da inscrição por parte do treinando poderá ser realizada com até 3 (três) dias úteis de antecedência à realização do evento; após este prazo não mais será aceito o cancelamento da inscrição, mas poderá ser feita a substituição do participante por outro ou ainda, caso a inscrição tenha sido paga, poderá ser solicitada uma carta de crédito no valor da mesma, o que dará direito à instituição contratante de enviar o inscrito (ou outro) para participar de um curso similar no futuro (ministrado pela Nova Licita Treinamentos).

Cancelamento por parte da empresa.

A Nova Licita Treinamentos reserva-se o direito de adiar ou cancelar o evento se houver insuficiência de quórum ou por motivo operacional relevante obrigando-se, porém, a comunicar tal fato com razoável antecedência aos inscritos.

Atenciosamente,

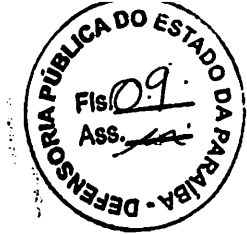


Thays Martins

CONSULTORA DE VENDAS

(41) 3149-0863/99783-6602

thays@novalicita.com.br



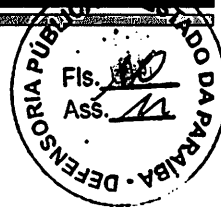
Livre de vírus. www.avg.com.



defensoria publica.pdf
293 KB

Curitiba, 27 de agosto de 2021.

A
Defensoria Pública Do Estado da Paraíba – PB.
A/C: Alan
Telefone: 83 9 9363-4021



CURSO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/2021) **Do planejamento à entrega do objeto**

Datas: 20, 21, 22, 23 e 24 de setembro de 2021.

Carga horária: 36h

Local: EAD através da plataforma ZOOM (AO VIVO).

Palestrantes: Jamil Manasfi, Paulo Alves e Lindineide Cardoso.

Incluso:

- . Certificado com a carga horária.
- . Apostila virtual (em PDF).
- . Consultoria de 30 dias.

Nº de participantes	Valor Individual da Inscrição no folder sem desconto	Desconto Total	Valor total do investimento
Para: 01 Participante.	R\$ 2.500,00	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00

Proposta Válida: 15/09/2021.

Forma de pagamento: Depósito bancário ou Nota de Empenho.

Dados da Empresa: Nova Licita Treinamento Empresarial LTDA Nome Fantasia: Nova Licita Treinamentos CNPJ: 35.167.767/0001-94 Inscrição Municipal: 08.02.852.114-0 Inscrição Estadual - Isenta Rua: Nova Esperança, 1811. CEP 81.925-550 Sítio Cercado- Curitiba - PR.	Dados Bancários: Banco: 033 – Santander. Agência: 0813 Conta Corrente: 13002663.1
--	---

Atenciosamente,



Thays Martins

CONSULTORA DE VENDAS

(41) 3149-0863/99783-6602
thays@novalicita.com.br